

Tudo ou nada: estruturalismo à brasileira

All or Nothing: Brazilian Structuralism

Pedro Henrique Trindade Kalil Auađ*
Universidade Federal de Uberlândia - Ufu

468

RESUMO: Este artigo investiga os discursos ao redor do estruturalismo desenvolvido no Brasil, centrado na figura de Luiz Costa Lima, um de seus principais divulgadores. Para tal, tem como antagonistas figuras como Carlos Nelson Coutinho e José Guilherme Merquior, que, por vieses distintos, acossam essa perspectiva teórica. Ressalta-se aqui o caráter tudo ou nada de uma perspectiva teórica quando adotada no país, isto é, como uma teoria é colocada integralmente em xeque, não abrindo espaços para nuances e aspectos positivos que uma eventual abordagem pode oferecer. Isto feito, articula-se o desejo de uma abordagem que seja menos dogmática e parcial das teorias literárias no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Estruturalismo. Teoria literária. Luiz Costa Lima.

ABSTRACT: This article investigates the discourses around the Structuralism developed in Brazil, centered on the figure of Luiz Costa Lima, one of its main disseminators. For that, it has as antagonists figures such as Carlos Nelson Coutinho and José Guilherme Merquior, who, for different biases, attack this theoretical perspective. It is emphasized here the all-or-nothing character of a theoretical perspective when adopted in the country, that is, how a theory is placed in full check, not opening spaces for nuances and positive aspects that an eventual approach can offer. This done, there is a desire for a less dogmatic and partial approach to literary theories in Brazil.

KEYWORDS: Structuralism. Literary Theory. Luiz Costa Lima.

* Doutor em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-doutorando em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia (Ufu).

Esboço de uma autobiografia intelectual, de Luiz Costa Lima, é o memorial escrito pelo autor quando se candidatou à vaga de professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1994. Nele, o teórico brasileiro traça sua - como ele mesmo a chama - autobiografia intelectual, que perpassa diversos momentos marcantes de sua carreira: o encontro com Paulo Freire e João Cabral de Melo Neto, as instituições em que estudou e lecionou, o percurso de seu pensamento que tem em seus livros sua melhor tradução. Ao passo que refaz um percurso acadêmico-teórico, Costa Lima também começa a descrever aquilo que entende por teoria e aquilo que ainda permaneceria como relevante em seus livros publicados.

Aqui, entretanto, não interessaria inicialmente o percurso intelectual do autor, mas o caminho que traça até se tornar um dos principais divulgadores do estruturalismo francês no Brasil. Interessa esse processo pois, neste artigo, gostaria de abordar a chegada do estruturalismo literário no nosso país. Tomarei como eixo da discussão aquele que foi um dos principais articuladores dessa teoria no Brasil, Luiz Costa Lima, um autor que nunca fugiu da polêmica e que foi, praticamente, um catequizador de um estudo focado no texto literário e um dos primeiros a desenvolver - ou, mesmo, traduzir - por estas terras essa teoria “moderna” da literatura. Para tal empreitada não abordarei somente a perspectiva de Costa Lima, mas também alguns daqueles que mais se opuseram a essa abordagem teórica no Brasil: Carlos Nelson Coutinho e José Guilherme Merquior, pensadores de perfis teóricos bastante distintos, ou, até mesmo, opostos.

Em sua autobiografia intelectual, Costa Lima irá afirmar o que entenderia por teoria, ou, melhor dizendo, demarcará aquilo que buscava enquanto pesquisador:

Nunca entendi a teoria como um conjunto de enunciados a ser *aplicado*. O quadro teórico e o objeto poético apareciam, ao invés, como tecidos passíveis de interagir, como vozes com timbres diferentes com os quais seria composta uma certa poliglossia - a obra crítica. É bastante provável que então assim não o formulasse. Sabia de qualquer modo que precisava conhecer muito melhor um dos interlocutores, a teoria, para que aprendesse a ouvir melhor o outro, o objeto poético, sem estabelecer uma hierarquia entre eles ou pretendesse traduzir um no outro. Consequência prática: assim como repelia a teoria-aplicação, não parecia menos repugnante a poetização do teórico - estas glosas de apresentação lírico-esotérico-etimológica - que, desde os anos 1970, grassariam no jargão universitário. Em suma, o que não deveria ser feito era mais claro do que como poderia fazê-lo (LIMA, 1995, p. 28).

Livrar tanto a teoria quanto a literatura de seus purismos em busca daquilo que seria um hibridismo ou um equilíbrio, a crítica, essa parece ser a vontade perseguida pelo teórico brasileiro. Nesse sentido, Costa Lima se encaminha para ser não alguém que simplesmente opina ou julga a literatura, mas para se tornar “alguém que pensa [...] o objeto literário” (LIMA, 1995, p. 33). É nessa tentativa de pensar o literário - poderíamos dizer aqui teorizar o objeto literário - que se lança Costa Lima tendo como um dos seus momentos mais significativos sua aproximação com o estruturalismo francês, teoria de intensa imersão já que fora este o seu *corpus* da tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo sob orientação de Antonio Candido.

Fazer uma tese sobre o estruturalismo na USP, naquele tempo, segundo Costa Lima, implicava uma série de empecilhos e o colocava no olho do furacão em um momento turbulento da história brasileira e, principalmente, da história da reconfiguração teórica das universidades brasileiras. É dessa maneira que o teórico apresenta essa problemática: “ignorava as implicações da luta, contudo públicas, entre uspianos, constituídos em bastião de um marxismo redivivo, e ‘estruturalistas’, considerados por aqueles responsáveis pela propagação de uma concepção neutra, teorizante, cientificista, se não mesmo conivente com a ditadura” (LIMA, 1995, p. 35). Além do embate com os marxistas, Costa Lima enfrentava um outro problema: “a complicação era ainda maior porque, sendo estritamente lévistraussiano o estruturalismo que eu estimava e não aquele que se praticava na crítica literária, antecipadamente perdia a aliança com os

estruturalistas de São Paulo” (LIMA, 1995, p. 35). Aqui se delineia contornos que torna possível mapear inicialmente a questão da recepção do estruturalismo no Brasil: o embate entre marxistas e estruturalistas e uma outra peleja, entre os estruturalistas lévistraussiano e os estruturalistas da crítica literária cujo maior representante seria, na França, Roland Barthes.

José Guilherme Merquior irá afirmar que por mais que o estruturalismo seja uma inutilidade - em sua concepção - “muito útil se torna estudar as condições de florescimento do estruturalismo dos pobres” (MERQUIOR, 1975, p. 14). Sendo esta a questão que nos colocamos, iremos começar por analisar esse pequeno texto deste pensador carioca que, tal como Costa Lima, era disposto ao embate e ao combate.

Estruturalismo brasileiro visto pela “aristocracia” intelectual

Merquior começa o seu texto, *O Estruturalismo dos pobres*, com a citação de uma série de conceitos e expressões do estruturalismo, tais como “gramática gerativa do léxico”, “literariedade do poemático”, “actantes”, “genotexto” e assim por diante. Ele qualifica essa abundância de problematizações de esotéricas e que pratica um terrorismo terminológico, apontando a ameaça que o estruturalismo causaria não só ao campo literário, mas também à filosofia e a todas as ciências humanas e sentencia: “e se você acha o estruturalismo uma parada, é pura ingenuidade sua” (MERQUIOR, 1975, p. 8), pois ele teria falecido em 1968, junto com Chomsky (e sua gramática gerativa) e com os eventos de maio na França.

O polímata carioca ratifica, ainda, que o estruturalismo praticaria um terrorismo metodológico ocupando o que chama de paraíso do método, um modelo que seria estritamente mecânico. O culto estruturalista, nas palavras do autor, é uma “gincana” para acumular leituras de Propp, Greimas, Todorov, Genette ou o “deus supremo”, Roman Jakobson, “para quem poesia é pura

combinatória verbal, e o único aspecto referencial extralinguístico digno de atenção na literatura se limita a sua relação com as demais artes” (MERQUIOR, 1975, p. 9).

Merquior reconhece que o estruturalismo é uma torrente plural de perspectivas, consistências e resultados. Por isso ele separa Lévi-Strauss de Todorov, Foucault de Althusser, mas afirma que uma espécie de “estruturalismo mítico” subjuga essas diferenças. Tudo isso porque havia sido criada uma espécie de mito científico do estruturalismo ao passo que o senso de objetividade declinava. Entretanto, o alvo que o carioca mais tenta incendiar é mesmo a crítica literária estruturalista.

Segundo ele, o “ir ao texto” estruturalista

sofre de *ventriloquismo*: em vez de avançar, laboriosamente, na inteligência do texto, projeta quase sempre nele as fantasias teórico-metodológicas do crítico parisiense [...] como o fetichismo do método “científico”, a mística da “textualidade” mal encobre a grossa arbitrariedade das interpretações. Apesar de sacralizado, o texto vira mero pretexto... (MERQUIOR, 1975, p. 9-10).

A isso, se soma, segundo ainda Merquior, uma supervalorização do método fazendo com que “no estruturalismo, como ontem no positivismo, o mito da Ciência violenta os próprios hábitos e o próprio rigor, da verdade ciência” (MERQUIOR, 1975, p. 10).

O carioca observa que naquele ano (1975) o estruturalismo já estaria saindo de moda em França (via, por exemplo, o *Anti-Édipo* de Deleuze e Guattari), mas que aqui a “praga” continuaria de modo ainda mais daninho:

O pedantismo da “matriz” [...], o abuso agressivo de terminologia superfluamente hermética em lugar do real trabalho de análise, quase nunca depara, neste Brasil de jovens e precaríssimas universidades, com a resistência da pesquisa séria e do ensino crítico. Ao contrário: como as universidades “brotam” agora (numa expansão demasiado rápida para ser levada a sério), e os ignorantes se diplomam e se doutoram às centenas, a arrogância intelectual mais oca e mais inepta se dá facilmente ares dogmáticos de ciência exclusiva. No entanto, os

sacerdotes do Método não sabem sequer português” (MERQUIOR, 1975, p. 11).

A “estruturalice”, como define Merquior, utilizaria uma “belicosidade ideológica”. Assim, sendo seus adeptos aqueles que teriam inflado o ensino superior, deixando a universidade massificada, acabaram por destronar, segundo suas palavras, o “legítimo aristocratismo *intelectual*” (MERQUIOR, 1975, p. 12). Tudo isso porque o estruturalismo teria um “fetichismo dos métodos simplistas” que facilitaria o estudo etéreo da literatura.

As colocações de Merquior, entretanto, demonstram uma complexidade de trama ideológica quando da chegada do estruturalismo no Brasil. Primeiro porque a leitura que Merquior faz do estruturalismo é, no mínimo, interessada e parcial, já que transforma o estudo estruturalista em uma simples e única aproximação com a linguística¹ e, ademais, mistura estruturalistas com formalistas russos para tal análise. Utilizando-se mais de frases de efeito do que de argumentos realmente válidos ou críticas que seriam bem-vindas, ele prefere desqualificar aqueles que adotam o método estruturalista ao invés de criticar o próprio projeto estruturalista. É por isso que o momento em que tenta separar o “joio do trigo” entre os estruturalistas que ele considera sérios e os que ele considera inconsistentes, Merquior tem que os reunificá-los novamente sob um “estruturalismo mítico”, doravante inventado por ele mesmo. Essa criação categórica produz uma metonímia que encobre a própria complexidade dos estruturalismos brasileiros, já que qualquer praticante deste método iria sempre ser conjurado ao estruturalismo mítico, aquele, que, para Merquior, padece de positivismo, cientificismo e linguisticismo. Esse estruturalismo mítico faz com que, para o autor, inclusive, ele seja responsável pelo baixo nível das universidades, pela massificação do pensamento especulativo transformando-o em método e pelo fim do aristocratismo intelectual. Os adeptos do estruturalismo, chama a atenção Merquior, não estariam atentos

¹ Ironicamente essa é uma das críticas equivocadas que Trotsky faz ao formalismo russo (TROTSKI, 2007).

para o fato de que, mesmo em França, o estruturalismo não estaria mais em voga quanto antes, ao passo que critica a “importação” de uma teoria qualquer francesa, algo que não aconteceria, segundo o autor do texto, desde os surtos modernistas brasileiros. O clamor pelo não estudo estruturalista - sendo que um dos problemas é a importação - deveria ser combatido por uma importação combativa? Ao preferir não enfrentar as contradições do método, não encarar a complexidade e as contradições, analisando metonimicamente o estruturalismo brasileiro, é o próprio autor que se complica e se torna contraditório. Daí vem a pergunta: todo estruturalismo brasileiro (ou dos pobres, como prefere o autor) pode ser encerrado em uma mesma categoria ou ser tratado metonimicamente?

Merquior, ainda, criticará o estudo do marxista Carlos Nelson Coutinho por não distinguir entre os “bons” estruturalistas e os “maus”, sendo que ele mesmo não se dá ao trabalho quanto aos estruturalistas brasileiros só constatando

dos estruturalistas europeus, a variante verde e amarela tende decididamente a desconhecer o que tem de positivo e a agravar o que trazem de mau. Entretanto, se, ao exacerbar as taras do seu paradigma parisiense, o estruturalismo dos pobres é caricatura, ao denunciar fidedignamente as distorções do nosso ambiente universitário (MERQUIOR, 1975, p. 13-14).

474

Aqui, pois, cabe então a crítica de Carlos Nelson Coutinho ao estruturalismo.

Estruturalismo brasileiro visto pelo marxismo

Do espectro político bastante oposto ao de Merquior também surgiram críticas bastante contundentes ao estruturalismo no Brasil. O lukacsiano Carlos Nelson Coutinho e sua obra *O estruturalismo e a miséria da razão*, de 1972, são o maior exemplo de uma herança marxista que enxergará no estruturalismo como um todo um problema para os estudos não só da literatura, mas para as ciências humanas em geral, algo que Merquior também apontaria. Coutinho mesmo, na

introdução da segunda edição do livro de 2010, perceberá que a crítica que articula em seu livro há de ser redefinida “em função não só do desaparecimento do estruturalismo como corrente viva na batalha de ideias, mas sobretudo por causa da mudança de posição dos autores que nele critico” (COUTINHO, 2010, p. 11).

Coutinho segue um caminho semelhante ao de Merquior: define o estruturalismo como uma “moda”, com um método “rigorosamente científico”, e que “transformou-se numa corrente viva, atuante e significativa da cultura ocidental de nossos dias” (COUTINHO, 2010, p. 15). O autor itabunense perceberá duas correntes que estariam dispostas a combater essa vertente teórica: o irracionalismo e o pseudo-humanismo marxistizante. Essas variantes, entretanto, não seriam, de fato, uma boa estratégia para o enfrentamento dessa “moda” já que também apresentariam unilateralidades:

Em vez da “cientificidade” estruturalista, propunha-se um humanismo ideológico, subjetivista e retórico; contra um “racionalismo” formalista, limitado e objetivamente agnóstico, defendia-se uma “imaginação” intuitiva, irracionalista e anticientífica; à negação da história como dimensão objetiva do real, opunha-se um historicismo abstrato, igualmente irracionalista e subjetivista (COUTINHO, 2010, p. 16).

475

Para Coutinho, tanto o estruturalismo quanto o irracionalismo são pensamentos ideológicos da burguesia contemporânea, podendo ser articulados numa espécie de agnosticismo que segue uma história que perpassa Comte, a economia vulgar, Durkheim, o neokantismo cientificista, o neopositivismo lógico e o pragmatismo norte-americano. Nos anos 1970, Coutinho observava que o reflexo dessas correntes teóricas estava presente não somente no estruturalismo como também

na redução da economia a uma manipulação pragmática de dados; no quantitativismo puramente estatístico da sociologia norte-americana [...]; nas teorias ligadas às ‘pesquisas’ de Marshall McLuhan; nas várias orientações semântico-linguísticas ou ‘informáticas’ da estética e da crítica contemporâneas etc. (COUTINHO, 2010, p. 17-18).

Todas essas correntes e teorias diversas, sejam as históricas, sejam as contemporâneas ao livro de Coutinho, são rasuradas como pertencentes à “miséria da razão”, isto é, “o radical empobrecimento agnóstico das categorias racionais, reduzidas às simples regras formais intelectivas que operam na práxis manipulatória” (COUTINHO, 2010, p. 18).

Coutinho fará uma aproximação semelhante à de Merquior, mas a nível estrangeiro, não ao nacional: em vez de macular o estruturalismo brasileiro como um “estruturalismo mítico”, Coutinho afirma que, mesmo sob a diversidade apresentada pelos estruturalistas - no caso, aqui, estrangeiros - todos eles podem ser encerrados sob a égide da “miséria da razão”: “tais diversidades [entre os estruturalistas franceses] [...] manifestam-se no interior de uma unidade essencial, assegurada inicialmente pela ‘miséria da razão’ que todos praticam” (COUTINHO, 2010, p. 18), com uma nova modalidade de idealismo objetivo.

Não me alongarei aqui no desenvolvimento do conceito de “miséria da razão”, tal como proposto por Coutinho, para poder me dedicar ao seu estudo sobre Lévi-Strauss e Roland Barthes porque estes ajudarão mais em nosso trabalho. Porém, algumas expressões que utiliza em seu texto merecem destaque: “centrado nas aparências fetichizadas da realidade” (COUTINHO, 2010, p. 36), “autonomia e universalidade que não possui” (p. 38), “manipulações homogeneizadoras de uma racionalidade reduzida a regras formais” (p. 42); “consiste em afastar da realidade [...] os problemas conteudísticos, os problemas da contradição” (p. 50); “formalização do real” (p. 54); “ideologia da segurança” (p. 73); “combate a razão dialética” (p. 74); “empobrecimento do objeto” (p. 85); “falaciosa ideologia cientificista” (p. 107).

Aqui temos uma série de ataques duros empreendidos contra o estruturalismo e contra as correntes que Coutinho considera como pertencentes à “miséria da razão”. Todos esses ataques foram realizados, é importante deixar claro, para defender a razão dialética que o autor coloca acima (em termos qualitativos)

de todas as outras. Enfim, o que não se encaixaria na razão dialética seria pertencente à “miséria” dessa razão por uma série de motivos, entre eles uma concepção de conhecimento diferente à da dialética, uma propensão à universalização etc. Curioso constatar, mais uma vez, como o adjetivo “miséria” se aproxima do “dos pobres” que utiliza Merquior, mas em sentidos diferentes. Enquanto este diz sobre o estruturalismo do terceiro mundo, aquele diz sobre o estruturalismo como um todo. Entretanto, aqui não deixa de ser impressionante a constatação de que outros estados ou outras correntes teóricas seriam, pois, a da “riqueza”.

Há, ainda, um outro ponto que chama a atenção no texto de Coutinho entre os destacados acima: o afastamento do problema da contradição. Sem querer empreender uma defesa do estruturalismo, seja o aqui praticado ou o lá formulado, o próprio autor de *O estruturalismo e a miséria da razão* é que parece afastar o problema da contradição no estruturalismo, traduzindo-o como um monólito positivista, cientificista e ideológico, não deixando espaço para que se enuncie os problemas contraditórios que, sim, o estruturalismo apresenta, ou seja, acusa-o de esconder contradições em nome do método ao passo que esconde as contradições do estruturalismo (incluindo aí a contradição entre aspectos positivos e negativos da teoria). Esse processo estará fortemente presente em suas análises de Barthes e Lévi-Strauss.

Para Coutinho, o antropólogo francês irá empreender uma luta contra a dialética empobrecendo

a racionalidade, limitando-a às regras formais, manipulatórias, de “decomposição” e “combinação”. Essa “miséria da razão” leva-o a confundir a cientificidade com a prática de constantes reduções no objeto: paulatinamente, serão abandonados à irrazão, considerados incognoscíveis, todos os momentos fundamentais e determinantes da objetividade. E tais reduções não são, como na dialética, abstrações provisórias, etapas a serem superadas no processo da reconstituição mental da totalidade concreta, que - como diria Marx - ‘é concreta porque é síntese de múltiplas determinações, ou seja, unidade na diversidade’. O intelecto dos estruturalistas coagula-se em tais abstrações; incapaz de recompor à síntese objetiva, deve ‘depurar’ o real de tudo o que transcenda a forma, ou - conforme a relação que

estabelecemos entre intelecto e práxis manipulatória - de tudo o que não possa ser objeto de manipulação (COUTINHO, 2010, p. 111-112).

Nesse sentido, Coutinho percebe o estruturalismo - ao contrário da dialética - apenas como uma forma de manipular o mundo objetivo através do processo de decompor e combinar novos elementos. Isso, ao contrário do que poderia parecer, não aumentaria a objetividade, mas a reduziria, pois esse processo não seria salvaguarda para o entendimento do concreto, aumentando a abstração do mundo. Sendo assim, para o autor, o estruturalismo deixaria de construir um subjetivismo irracionalista e passaria para uma outra forma de idealismo, o idealismo científico.

Para afirmar tal posição, entretanto, Coutinho decompõe o estruturalismo e o recompõe diante de Lukács, acreditando numa espécie de “aperfeiçoamento da espécie” (COUTINHO, 2010, p. 124) que, doravante, Lévi-Strauss não corroboraria. Para o autor itabunense, a história do “aperfeiçoamento da espécie” não poderia ser contada através do ponto de vista “antropológico” e não seria o “suficiente para descrever corretamente a história humana” (p. 119), já que “a pobreza humana das tribos primitivas” (p. 116) não corresponderia às sociedades complexas. Nesse sentido, para Coutinho, não é apenas um problema de método, é, também, um problema de objeto ou, dizendo em outras palavras, o próprio objeto eleito pela antropologia estrutural - isto é, as tribos indígenas - já seria o suficiente para desqualificar a pesquisa de Lévi-Strauss. Não dá para deixar de notar, contudo, que essa desqualificação perpassa por uma série de preconceitos e eurocentrismos por parte de Coutinho.

A crítica a Barthes é ainda mais contundente: “Barthes, como os demais estruturalistas, parte de uma arbitraria extrapolação linguística, mas sem as cautelas e tentativas de mediação (ainda que falsas) que vemos nas obras de Lévi-Strauss e, particularmente, em Foucault” (COUTINHO, 2010, p. 143). Enfim, o autor de *Elementos de Semiologia* seria, em todo caso, ainda pior do que as falsidades do antropólogo francês. O esforço de Barthes de relacionar o

estruturalismo com a sua contemporaneidade e com a sociedade de massa, para Coutinho, funcionaria como uma advertência de que “quando aplicado aos fenômenos contemporâneos em nível concreto, o estruturalismo tenda a converter-se necessariamente num jornalismo superficial fundado em analogias inteiramente vazias” (COUTINHO, 2010, p. 144).

A crítica é forte a Barthes principalmente no tocante da questão do realismo - tal como formulada em *O efeito do real*. Segundo Coutinho, Barthes praticaria uma redução formalista que “não elimina apenas o conteúdo objetivo da arte, mas também - paradoxalmente - a própria forma estética” (COUTINHO, 2010, p. 147). Nesse sentido, “é essa literatura realista, voltada não para a ‘morte do homem’ mas para sua permanente afirmação e defesa, que o estruturalismo - em Barthes - pretende eliminar” (p. 153).

Aqui não nos cabe fazer uma defesa do estruturalismo em relação às leituras de Coutinho, principalmente aquele estruturalismo praticado por Barthes e Lévi-Strauss, já que o próprio autor itabunense reconhece, como citado alhures, que a sua explanação sobre os franceses não é o forte de seu livro. Cabe-nos destacar, contudo, a confluência de forças que faz com que essa crítica ao estruturalismo seja possível, ou, em outras palavras, em relação a qual perspectiva o estruturalismo apresentaria uma “mediação falsa”, já que é esse termo que Coutinho utiliza para descrever Lévi-Strauss e Foucault.

A crítica a Barthes é bastante elucidativa nesse sentido. Barthes, principalmente em sua segunda fase², irá empreender um estudo sobre o realismo, afirmando, *grosso modo*, que a literatura não apreende o real como tal, mas cria um efeito que se assemelharia ao real. Esse *efeito* é que caracterizaria o realismo e não a apreensão concreta da realidade. Aqui se

² Ao contrário da maioria dos críticos que divide Barthes entre a “fase estruturalista” e a “fase do prazer”, adiciono uma outra, a “fase marxista”, anterior a todas elas e que pode ser percebida em seu *O grau zero da escrita*. Por isso, quando me refiro à segunda fase, me refiro a “fase estruturalista”.

constrói uma perspectiva crítica que vai de encontro ao marxismo lukácsiano, que Coutinho adota para suas análises. O mesmo acontece com a crítica que faz a Lévi-Strauss: ao dizer que o antropólogo francês não concebe toda a história humana - e nem é essa a tentativa do autor de *Tristes trópicos* - ele coloca a antropologia estrutural de encontro ao marxismo lukácsiano.

Essa perspectiva, em *O estruturalismo e a miséria da razão*, não é nem discreta, é abertamente colocada: “encaminhar os desiludidos com o subjetivismo irracionalista para uma nova forma de idealismo, aparentemente científica, evitando assim a aproximação e posterior aceitação *da verdadeira filosofia científica de nossos dias, o materialismo histórico e dialético*” (COUTINHO, 2010, p. 133) e, aqui, é importante deixar claro, o materialismo histórico e dialético tal qual interpreta Lukács. Nesse sentido, o esforço de Coutinho não é tanto enxergar as vicissitudes que ocorrem com o estruturalismo, ou mesmo as contradições ou, ainda, as insuficiências, mas enjaular essa perspectiva teórica no contraponto ao marxismo lukácsiano, que, por ser contraponto, por si só, é errado, falso e manipulador, como se esse marxismo-fetichizado fosse suficiente para entender toda a história humana e todas as perspectivas que daí possam ser engendradas. Curiosamente, Trotsky defendeu uma perspectiva semelhante à de Coutinho, mas em relação aos formalistas russos, mas reconhecia, contudo, que “nem sempre se podem seguir somente os princípios marxistas para julgar, rejeitar ou aceitar uma obra de arte” (TROTSKY, 2007, p. 143).

O problema do texto de Coutinho, pois, é justamente esse: o estruturalismo estaria errado não por não corresponder às suas próprias expectativas e projetos internos que estavam dispostos a realizar, mas por não se alinharem ao projeto que Coutinho estaria empreendendo, ou, em outras palavras, o estruturalismo seria errado porque não é lukácsiano. Dessa maneira reducionista, poderíamos desferir uma série de correspondências análogas, mas ainda assim problemáticas: a estética da recepção está errada porque não é estruturalista, a crítica feminista está errada porque não é formalista,

Benjamin está errado porque não é da estilística, os estudos culturais estão errados porque não são estruturalistas e a crítica marxista está errada porque não é o *new criticism* e assim por diante.

Apesar de que essa nossa afirmação pareça favorável a um vale-tudo teórico, como se nada pudesse ser criticado por nenhum ponto de vista, não é essa a nossa colocação: seria necessária uma avaliação menos “tudo ou nada” do que a que Coutinho e Merquior tentam elucidar, como se a existência de uma perspectiva teórica por si mesma só fosse possível caso outra não existisse ou fosse invalidada. Nesse sentido, teria sido mais interessante que o autor de *O estruturalismo e a miséria da razão* tivesse despendido um tempo para que diferenciasse a conceptualização de realismo entre Lukács e Barthes e apontado as vantagens e as desvantagens de um e de outro ao invés de querer invalidar uma em nome da outra³. Aqui, tampouco desqualifico as críticas empreendidas por Coutinho ao estruturalismo, apenas gostaria de demonstrar esse processo “tudo ou nada” em que boa parte da crítica teórica empreende no Brasil (mas não só aqui).

Retornando a Costa Lima

Um dos livros estruturalistas mais famosos do Brasil e com certeza o que Costa Lima mais se dedica ao estudo dessa corrente teórica de origem francesa é o seu *Estruturalismo e Teoria da Literatura*. Fruto de sua tese de doutorado, o livro é escrito no meio do processo de sua construção teórica, isto é, não é seu

³ Lukács mesmo tenta escapar dessas manipulações “tudo ou nada”, como, por exemplo, em seu *Arte livre ou arte dirigida?* em que se exime de ter que escolher uma posição única entre um entendimento da arte como uma artimanha política e um entendimento de que a arte é totalmente autônoma, procurando um caminho em que um não anula o outro e ainda vaticina: “para concluir: essas observações não pretendem absolutamente convencer os artistas de que eles devem criar de maneira diversa daquela pela qual têm criado até agora. As questões de estilo não são regulamentadas por decisões e, sim, pela dialética interna da evolução dos artistas. Mas o artista vive em sociedade e, quer queira ou não, existe uma influência recíproca entre ele e a sociedade” (LUKÁCS, 2010, p. 284).

primeiro livro, nem o livro que demarca suas posições iniciais, nem o seu último, ou o seu ponto de chegada teórico. O livro é um entrecaminho em que consegue articular uma problemática teórica que ensaia em seus primeiros livros e que prossegue nos adiante, isto é, uma problematização da estética e a estilística e dos problemas colocados pelos formalistas russos em busca de uma análise do discurso literário. Metade do livro, pois, é ocupado por essas formulações precursoras, ao passo que a segunda metade se aproxima da proposta dessa análise:

A análise literária tem por lugar o ponto de cruzamento formado por uma atitude epistemológica, o estruturalismo, e uma ciência, a psicanálise. Tal cruzamento determina uma situação antropológica. Esta, por conseguinte, não se confunde com o campo ocupado pela ciência da antropologia.

Ao formularmos a questão desta maneira, já figuramos os limites em que se quer este ensaio: concentrando-nos em uma reflexão fundada no estruturalismo, da qual resultaram os três primeiros capítulos, e sobre o estruturalismo, objeto deste e dos capítulos seguintes (LIMA, 1973, p. 217).

Neste trecho presente já no meio de seu livro, isto é, entre a primeira e segunda parte, percebe-se a construção de uma história que se quer unida, criando uma espécie de precursores do estruturalismo antropológico que não deve ser confundido com a ciência da antropologia. Nesse sentido, fica claro que a preocupação de Costa Lima não será o estruturalismo literário francês, consagrado por figuras como Barthes e Todorov, mas um estruturalismo que advém da antropologia, principalmente através de Lévi-Strauss: é como se o autor brasileiro recriasse localmente a transposição que Barthes e outros levam adiante entre a antropologia estrutural para a literatura, mas fazendo de sua própria maneira, o que já seria, por si só, um mérito.

Costa Lima entenderá, não concordando com seus críticos, que o estruturalismo, sim, propaga uma espécie de moda: “a moda é sempre antropofágica. Ela devora depois de exaltar. Depois de exaltado pela moda, o estruturalismo será devidamente mastigado” (LIMA, 1973, p. 219), mas ele estabelece outra percepção a respeito dessa “moda”: não é só porque é uma

moda que o estruturalismo não apresenta valores positivos. O estruturalismo como teoria teria uma primeira grande contribuição: diferente da estilística e do formalismo russo, essa corrente derivada da antropologia estrutural “nos convida a considerar que toda proposição é teórica, pois estabelece sobre o fenômeno que analisa um quadro categorial que não é *extraído* das coisas” (LIMA, 1973, p. 219). É nesse sentido que o estruturalismo *não* pode ser considerado como uma observação estatística dos textos literários, sendo essa a primeira percepção que os críticos deveriam ter em mente quando tentam desqualificar por completo essa corrente teórica.

A segunda percepção é a falta de análise da obra lévi-straussiana ou, em outras palavras, o desconhecimento dessa obra para a análise estrutural em outras disciplinas. Aqui, a observação de Costa Lima é sobre o isolamento entre os campos de conhecimento (sobretudo entre as ciências humanas, a literatura e a linguística) que seriam, antes, intercomunicáveis e intercambiáveis, mas que se apresentam (ou se querem) independentes entre si, seguindo o modelo das ciências naturais ou exatas. Nesse sentido, a obra de Lévi-Strauss deveria ser analisada não como um postulado exclusivo de um campo de estudo, mas de um tipo que incorpora conhecimentos de campos mais diversos como a economia, a geografia etc. É seguindo esses passos que Costa Lima irá sentenciar: “dizemos que a hipótese de a introdução da carga semântica afetar a própria constituição matricial do texto é importante porque a tendência geral dos que tratam da estrutura é considerá-la um todo sem falhas, uma construção equilibrada e equilibradora. Esta é, entretanto, uma generalização descabida” (LIMA, 1973, p. 226). Essa percepção deriva da anterior, em que críticos ao estruturalismo argumentavam que essa corrente teórica seria uma simples contagem estatística excluindo, de todo modo, a parte semântica na análise dos textos literários. Esse reducionismo seria, antes, uma má compreensão de Lévi-Strauss que, mesmo se utilizando de análises estatísticas, espera transcender esse campo, apontando, através dessa contagem (em estágio inicial) elementos que desvendariam a carga semântica e ideológica.

A terceira percepção, mais uma vez, deriva das outras duas. Costa Lima parte do estudo sobre o totem de Lévi-Strauss (influenciada por Freud) para constatar que não só o intercâmbio entre áreas ajuda na análise de objetos afins como também, caso assim não o seja, faz com que o analista se perca dos problemas:

O analista diminui suas condições de reconhecer que, muitas vezes, pela identificação inconsciente com a sua própria prática social, coloca fantasmas e cria fetiches, em lugar de problemas. Daí extraímos a terceira lição: a procura por coerência do discurso científico não é o único critério de sua validade. É necessário também se considerar o tratamento não ser de um fantasma (LIMA, 1973, p. 227-228).

Oras, mas o que essas proposições de Costa Lima são além de uma defesa do estruturalismo das críticas que já então recebia, isto é, das críticas que acusavam o estruturalismo de cientificismo, de ser uma moda, estaticismo, ou isolamento do objeto? É a partir das próprias críticas que Costa Lima postula o que, para ele, seria o estruturalismo:

Desde Platão, pelo menos, quando o signo é explicado como produto de uma motivação, esta é de tipo natural e substantivo. Numa perspectiva estrutural, a motivação das peças de um sistema é interna, mas não natural, pois ou puramente cultural ou produto do cruzamento natureza-cultura, a exemplo do incesto, e sempre de ordem formal e não substantiva. Ou seja, não são as substâncias que se motivam, mas as relações entre ordens heterogêneas. Procurar a motivação das peças de um sistema então significa desvelar a sua lógica interna e não aceitar a abdicação historicista, que, dominante no século passado, é responsável pela recusa vulgar ao estruturalismo (LIMA, 1973, p. 232).

Aqui fica claro que a motivação de Costa Lima é postular *uma das possibilidades* para o estudo da literatura que teria como foco as “peças” de um sistema interno. Esse sistema interno, por sua vez, não se apresenta como imanência, mas como algo que foi/é construído se não pela cultura, pela junção natureza-cultura. Nesse sentido, a literatura é, ao menos em parte, desnaturalizada e secularizada. O sistema de signos que emana da literatura cria um discurso literário que se torna uma construção que apresenta uma lógica interna própria. Dizer que a literatura tem uma lógica interna não significa, automaticamente, dizer que a literatura está isolada e, mais, que o estudo da literatura se

apresenta isoladamente do estudo de outros campos, pelo contrário, o estudo da literatura estruturalista, ao menos na perspectiva de Costa Lima, convida outros campos do saber e outros autores além daqueles que seriam “encaixados” sob o véu estruturalista.

O trabalho de Costa Lima caminha para afirmar que “trabalhando *sobre* a linguagem e não só *com* ela, a literatura ocupa uma posição excêntrica na família a que pertence. Subordinada ao princípio geral da re-presentation, a literatura não se deixa *pensar* pela linguagem, mas, ao contrário, a *pensa* - sem com isso restringir ao que o autor quis ter pensado” (LIMA, 1973, p. 477). Aqui, o autor parece afirmar, se o li bem, que a literatura ao mesmo tempo em que trabalhar com a linguagem é também a própria linguagem, fazendo um duplo caminho em que pensa e é pensada, em que representa e que é representada, em que diz e é dita. O autor não se torna excluído do pensamento sobre a literatura, mas passa para um segundo plano sem ser dilacerado pelo estruturalismo. De certa forma, Lima constata a auto-referencialidade literária como uma das forças motrizes da própria literatura, não a única, contudo.

O ponto polêmico de Costa Lima, pois, perpassa um pouco pelo plano do autor e a auto-referencialidade. Explicamos: esses dois polos de análise literários esvaziam e preenchem ao mesmo tempo o estudo da literatura, sendo o esvaziamento da consciência do autor e o preenchimento da literatura falando sobre ela mesma. Nesse sentido, Costa Lima faz sua versão do percurso da morte do autor de Barthes sem levar a cabo o isolamento (temporário) do autor no estudo da literatura⁴, arrefecendo a ideia de que o autor tem controle total e único sobre a obra literária. É por esse caminho que Costa Lima seguirá “recusando a primazia do consciente e de seus enunciados, afirmando a potência do vazio e do silêncio” (LIMA, 1973, p. 479).

⁴ Importante lembrar que Barthes mata o autor e logo depois, em livro seguindo ao seu texto *A morte do autor*, o Sade Fourier Loyola, retorna com essa figura, mas não mais como biografia, mas como biografema.

No estruturalismo de Costa Lima, pois, não pode ser dito que se afasta toda categoria consciente da análise ou do analisado, mas reorienta o processo analítico para o encontro com o vazio e o silêncio, isto é, aquilo que não é facilmente perceptível: é uma forma de dar sentido e organizar o caos. O que prega Costa Lima, nesse sentido, seria a disposição de analisar (e analisando dessa forma) aquilo que antes parecia incompreensível, mas sem descartar quaisquer que sejam as formas daquilo que é consciente. Dessa forma, ele não afasta a consciência da análise, mas transforma o analisado em uma obra que não seja totalmente controlada e, ao afirmar o fim da primazia do consciente, ele não diz que o consciente está descartado, mas que o consciente não se encontra a um nível acima do inconsciente.

O estruturalismo de Costa Lima, ao menos aquele pregado em sua tese de doutorado, não pode ser pensado como uma aposta no “tudo ou nada” teórico como parece afirmar Carlos Nelson Coutinho ou como parece irradiar da análise de Merquior. Costa Lima tenta mais acrescentar do que subtrair, acreditando que a literatura e a análise da literatura têm mais caminhos a percorrer do que um único que bastaria em si mesmo. Nesse sentido, Costa Lima luta contra uma pretensa totalidade de uma forma de análise literária, indicando que o estruturalismo seria uma corrente que tenta dissolver e integrar fronteiras, expandindo os vieses que podem ser múltiplos.

Costa Lima por Costa Lima

Mais de uma vez Costa Lima prestou contas de sua perspectiva estruturalista para a análise literária, em parte porque se inscreveu numa arena pública de discussão teórica e em parte porque ele mesmo abandona (parcialmente) o afinco estruturalista em obras futuras. Em uma entrevista concedida a José Luís Josim de Salles Fonseca em 1978 publicada na revista *Legenda*, o autor maranhense reafirma sua posição entre os estruturalistas: “para ser preciso e o quanto possível breve, eu devo dizer que o estruturalismo que sempre me

interessou e continua a interessar é o constituído pela obra de Lévi-Strauss e não pelos chamados críticos estruturalistas franceses, que eu acho que muitas vezes, como no caso de Barthes, são bons escritores, mas nunca críticos” (LIMA, 1981, p. 208).

Nesse sentido, Costa Lima é capaz de, ao mesmo tempo, perceber aspectos tanto positivos quanto negativos do estruturalismo no Brasil. O primeiro aspecto positivo do estruturalismo seria demonstrar que a tarefa do analista da literatura não é parafrasear um texto e falar se ele é bom ou ruim, mas tornar consciente que o analista não é o escritor. O segundo ponto positivo seria demonstrar a questão do papel da teoria, “mostrar como, por mais ingênuo que eu seja, ao dizer alguma coisa sobre um texto, eu estou teorizando, eu estou partindo de uma teorização sobre o texto” (LIMA, 1981, p. 213). O terceiro aspecto positivo seria a de colocar “implicitamente ou explicitamente em questão a ideia de Ciência” (LIMA, 1981, p. 214).

Quanto aos pontos negativos, Costa Lima destacará a confusão entre análise e “caixa de ferramentas”, a criação desnecessária de neologismos inúteis e, sobretudo, o entendimento que o texto “é sempre sintoma de alguma outra coisa” (LIMA, 1981, p. 214). Esse último ponto, na verdade, aproximaria o estruturalismo como feito no Brasil em uma sucursal do *New Criticism*, já que ele abandonou o viés antropológico que descartaria o “discurso com a posição que ele ocupa no interior de sua sociedade, de sua cultura” (LIMA, 1981, p. 215), cedendo espaço somente para o *close reading*.

Em poucos anos Costa Lima deixa de ser um defensor ferrenho do estruturalismo para passar a ser um analista de suas qualidades e defeitos ou, dizendo de outra maneira, o autor maranhense percebe que o estruturalismo apresenta um efeito colateral, apesar de que tem, também, suas vantagens. Aqui, acreditamos, não é somente uma questão de salvaguardar ao menos parte de sua pesquisa, mas de ser um pesquisador sério que não aposta no “tudo ou nada” teórico. As teorias, nesse sentido, se apresentam de forma muito mais complexa do que a

simples superação ou distanciamento entre uma e outra, mas como movimentos (com)partilhados e, ao mesmo tempo, como movimentos (in)dependentes.

É possível inferir essa análise, inclusive, de colocações de Costa Lima já em 2009, quando publica, na *Revista USP*, o texto “Retrospecto de uma fresta. O que devo ao estruturalismo”. Esse texto é interessante não por, mais uma vez, o teórico reavaliar sua produção, mas por desvendar um aspecto muito curioso das teorias. Costa Lima entende que sua empreitada estruturalista na USP foi uma espécie de “quixotismo ou uma confiança extrema em uma pobre armadura” (LIMA, 2009, p. 132) e passa a corroborar certas críticas que teóricos (Merquior e Coutinho aqui como exemplos) faziam a essa corrente de estudos francesa: entende que, sim, o estruturalismo sofria de um cientificismo, avalia a insuficiência e o limite dessa abordagem teórica e sentencia que “a pluralidade significativa do texto literário é inconciliável com o propósito axiomático do modelo matemático, ressaltado por Lévi-Strauss” (LIMA, 2009, p. 137).

Entretanto, mesmo percebendo que se distanciaria completamente do estruturalismo, Costa Lima irá destacar que alguma reminiscência continuou atuando em seu fazer teórico, isto é, mesmo sem ter consciência completa, o estruturalismo, silenciosamente, permaneceu sendo articulado em suas proposições teóricas:

em poucas palavras, a caracterização que, desde então, tenho mantido da ‘crítica da razão estética’ é fundamentalmente devida à estética da recepção e, depois, da releitura, só agora profícua e rigorosa, de Kant. Dentro de tal crítica, contudo, repontaria a reformulação do conceito de *mimesis*, em que, se estou certo, a influência decisiva foi nada menos que de Claude Lévi-Strauss (LIMA, 2009, p. 140).

Eis, pois, que se pode formular, agora, uma conclusão: o discurso teórico brasileiro, ao menos em alguns momentos, como é o caso do estruturalismo, padece de um uma aposta no “tudo ou nada”, como tentamos demonstrar, como se as correntes teóricas fossem tal qual água e óleo, como se quisesse

que uma corrente teórica não tivesse nada a acrescentar a outra, como se a aderência a uma abordagem fosse a negação de todas as outras. As tramas ideológicas, por sua vez, se encontram em muitos pontos, fazendo com que sintomas opostos sejam encontrados em um mesmo objeto - isso explicaria como Merquior e Coutinho, de posições ideológicas que se querem tão opostas, tracem um caminho muito semelhante em sua crítica ao estruturalismo.

Entretanto, mesmo que silenciosamente, podemos colher as reminiscências - e aqui podemos pensar nessa reminiscência como a pensa Derrida - do estruturalismo em eixos teóricos dos quais nem sempre nos atentamos: esse é o caso do próprio Costa Lima. Nesse sentido, dever-se-ia ser pensada não uma teoria totalizante, nem uma teoria que totaliza, tampouco uma teoria autossuficiente, mas uma teoria daquilo que permanece. É nesse sentido que Eneida Maria de Souza caminha em seu texto, de nome sugestivo para nós, “Saudade de Lévi-Strauss”:

Seria oportuno reconhecer de que modo os enunciados se imbricam, se contaminam e se diferenciam no embate entre discursos heteróclitos. Essas formas discursivas passam a se relacionar na rede interdisciplinar - ou melhor, transdisciplinar - de modo a superar a dependência de umas em relações às outras, por um impulso de coordenação e horizontalidade (SOUZA, 2007, p. 34).

Referências:

COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LIMA, Luiz Costa. *Estruturalismo e Teoria da Literatura*. Petrópolis: Vozes, 1973.

LIMA, Luiz Costa. Entrevista. In: _____. *Dispersa demanda*. Rio de Janeiro: D. Alves, 1981.

LIMA, Luiz Costa. Esboço de uma autobiografia intelectual. In: _____. *Vida e mímesis*. São Paulo: Editora 34, 1995.

LIMA, Luiz Costa. Retrospecto de uma fresta. O que devo ao estruturalismo. *Revista USP*, São Paulo, n. 81, p. 130-140, mar./maio 2009.

LUKÁCS, György. *Marxismo e teoria da literatura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MERQUIOR, José Guilherme. *O estruturalismo dos pobres e outras questões*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

SOUZA, Eneida Maria de. Saudade de Levi-Strauss. In: _____. *Critica Cult*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

TROTSKI, Leon. A escola de poesia formalista e o marxismo. In: _____. *Literatura e revolução*. Tradução de Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

Recebido em: 3 de abril de 2017.
Aprovado em: 28 de novembro de 2017.